Até 2028 serão “anos de monitorização” para nova diretiva das águas da UE

29 de Novembro, 2023

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), há menos 20% de água nos últimos 20 anos, apesar de Portugal não se poder queixar, em comparação com outras realidades, mesmo que partes do país ciclicamente tenham escassez hídrica, começou por dizer **José Saldanha Matos, professor catedrático do Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa**, na primeira mesa-redonda do **ENEG 2023** (Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento), intitulada **“A adaptação às novas diretivas europeias – exigências e implicações”**.

E esta situação tem tendência a agravar-se. É algo com que concorda **José Pimenta Machado, vice-presidente da APA**, também orador nesta intervenção: “estamos no tempo de bater recordes (de temperatura), o que leva a mais consumo de água” – e no Algarve, por exemplo, a situação “é a pior de sempre”.

Por este começar a ser um problema alargado a grande escala, além do território nacional, em 2020 a Comissão Europeia aprovou uma nova diretiva que estabelece mínimos de qualidade de água destinada ao consumo humano, sendo, a partir de 2026, obrigatório apresentar um plano de ação à CE para as situações que ultrapassem o limiar estabelecido no ato delegado a partir de 2029.

Prevendo-se que se torne uma diretiva verdadeiramente exigente, **Joana Felício, da Simdouro**, afirma que os Estados-Membros “vão ter de decidir uma linha de financiamento que não impacte mais de 50% na fatura de água dos consumidores”, exemplificando ainda com a criação de um género de taxa ambiental ao consumidor-pagador que reverta para esse financiamento.

Por sua vez, **Susana Rodrigues, diretora do Departamento de Qualidade da ERSAR**, refere que a Drinking Water é “uma diretiva muito transversal”, sendo esse um primeiro desafio, “com mais exigência de controlo analítico e novos parâmetros”. Face a isto, o primeiro passo terá de ser a “avaliação de risco nas bacias hidrográficas”, a par do trabalho feito pelas entidades gestoras.

Assim, até 2028, afirma a responsável, serão “anos de monitorização” e de criação de uma *base line*.

Já o vice-presidente da APA garante que, até 2027, a associação tem de fazer esta avaliação de risco, apesar do prazo ser curto para os recursos disponíveis.

Por fim, Susana Rodrigues frisou a preocupação da ERSAR, enquanto entidade reguladora, da não quantificação do impacto pelas entidades gestoras e acrescentou que não consideram a taxa tarifária, que pode ser também uma forma de combater a escassez hídrica.

No caso da APR (Águas para Reutilização), por exemplo, a diretora de qualidade diz ser uma medida “sem grande expressão”, verificando que apenas 30 entidades gestoras avançaram com a mesma: “APR não resolve problemas de escassez e deve-se avaliar outros setores e os seus consumos elevados de água”, finalizou.

O ENEG 2023 decorre de 27 a 30 de novembro, no Multiusos de Gondomar, com área de exposição, mesas-redondas e vários momentos de comunicação sobre a atualidade e os desafios do setor das águas e do saneamento.